



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO SENHOR ESTEBAN JUAN CASELLI
NOVO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DA ARGENTINA
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

20 de Junho de 1997

Senhor Embaixador

1. É-me grato receber as Cartas que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina junto da Santa Sé.

Antes de tudo, desejo expressar-lhe a minha gratidão pelas amáveis palavras que acaba de me dirigir. Elas manifestam as nobres intenções que o animam neste momento em que Vossa Excelência inicia a missão ao serviço do seu País, testemunhando também as relações sinceras e cordiais que a Santa Sé mantém com a Argentina. Desejo agradecer-lhe, em particular, a deferente saudação que me transmitiu da parte do Senhor Presidente, Dr. Carlos Saúl Menem, e ao mesmo tempo peço que lhe transmita os meus melhores desejos de paz e bem-estar, juntamente com os meus votos pela prosperidade e o progresso integral de todos os filhos e filhas dessa nobre Nação.

2. As minhas palavras, Senhor Embaixador, querem ser de estímulo e esperança, agora que o povo argentino se prepara para enfrentar os desafios do terceiro milénio. Os desafios do futuro são numerosos e representam obstáculos nem sempre fáceis de superar; mas as dificuldades não devem ser motivo de desânimo, pois a Argentina conta com uma base sólida para a construção do seu porvir: as suas profundas raízes cristãs, vestígio eloquente de 500 anos de presença evangelizadora da Igreja em terras americanas.

Neste momento da vida nacional, a Igreja reafirma a sua vocação de serviço a todos os homens,

impregnando de sentido cristão a cultura e iluminando a consciência moral de cada um, para que as suas opções tenham sempre em conta os valores éticos fundamentais. Deste modo, a Igreja contribui para a edificação de uma sociedade que corresponda ao plano de Deus: uma sociedade fraterna e reconciliada, onde reinem a laboriosidade, a honestidade e o espírito participativo; uma sociedade em que sejam tutelados sempre os direitos fundamentais de todos os cidadãos, principalmente dos mais frágeis.

3. No exercício da sua missão, tanto no seu País como nos demais lugares onde ela se difunde, a Igreja presta uma atenção singular à formação integral da pessoa, e em particular das crianças e dos jovens, oferecendo um ensinamento baseado nos princípios humanos e morais cristãos. Os católicos argentinos, sobretudo os que estão comprometidos na educação, trabalham com seriedade para ajudar as novas gerações, que representam o futuro da Nação, a ser conscientes dos seus deveres, em ordem ao bem comum e à compreensão cordial entre todos, tão necessária para a vida democrática.

A Igreja considera que o Estado de direito e a aplicação de princípios democráticos, com os quais é possível resolver os conflitos mediante a negociação e o diálogo, são importantes para a salvaguarda e o exercício dos direitos humanos no mundo contemporâneo, contanto que não estejam assentes no relativismo moral, lamentavelmente difundido nos nossos tempos. Este pretende rejeitar toda a certeza sobre o sentido da vida do homem e da sua dignidade fundamental, que devem ser respeitadas por todas as instâncias sociais, e não reage ante diversas formas de manipulação e menosprezo das mesmas, fazendo perder de vista o que constitui a mais genuína nobreza da democracia: a defesa do valor incomparável da pessoa humana.

4. A Santa Sé aprecia o empenho do Governo argentino por fazer valer o direito inalienável à vida, levantando a sua voz, de forma responsável e resoluta nos fóruns internacionais, com frequência em conjunturas caracterizadas pela difusão de uma cultura contrária à vida, que em muitos casos se configura como verdadeira «cultura de morte», e apresenta o recurso ao aborto e à eutanásia como um sinal de progresso e conquista de liberdade. Hoje é urgente, portanto, um esforço ético comum para pôr em prática uma grande estratégia em favor da vida. Esta tarefa compete em particular aos responsáveis sociais, que têm o dever de tomar decisões corajosas na sua defesa, especialmente no campo das disposições legislativas, assegurando o apoio devido à família, uma vez que «a política familiar deve constituir o ponto fulcral e o motor de todas as políticas sociais» (*Evangelium vitae*, 90).

A respeito disso, quando não faltam vozes que pretendem difundir uma mentalidade antinatalista e uma visão errada da sexualidade, pedindo que a lei autorize o crime abominável do aborto, e quando se insinua às vezes o perigo da aceitação da manipulação genética dos meios de reprodução humana, os homens e as mulheres de boa vontade são chamados a sustentar e promover a instituição familiar e a sua base insubstituível, que é — segundo o desígnio divino —

o matrimónio indissolúvel entre um homem e uma mulher. Não se deve esquecer de que sem a solidez das famílias não só se debilita a vida eclesial, mas também se deteriora o bem comum da Nação.

5. O desenvolvimento dos povos depende em grande parte de uma autêntica integração numa ordem mundial solidária. À Igreja cabe não tanto propor programas operativos concretos, que são alheios à sua competência, quanto iluminar melhor a consciência moral dos responsáveis políticos, económicos e financeiros. Por isso, ela põe em evidência o princípio de solidariedade como fundamento de uma verdadeira economia de comunhão e participação de bens, na ordem tanto internacional como nacional. Esta solidariedade exige que se compartilhem, de modo equitativo, os esforços por resolver os problemas do subdesenvolvimento e os sacrifícios necessários para superar as crises económicas, tendo em conta as necessidades das populações mais indefesas.

6. São louváveis os esforços que se fazem nos diversos âmbitos do País, para elevar o nível espiritual e material dos cidadãos. A este respeito, como tiveram ocasião de o ressaltar também os Bispos argentinos, fazendo-se eco do Magistério, a Igreja afirma que tais iniciativas se devem inspirar nos valores morais, que fundamentam a pacífica e próspera convivência, assegurando o melhor desenvolvimento integral dos membros da comunidade nacional.

Queria concluir as minhas palavras exortando e encorajando toda a sociedade argentina a fomentar na vida pública as virtudes da prudência, da fortaleza, da temperança e da justiça. Esta atitude será guia segura para o cumprimento leal do próprio dever e responsabilidade, para poder superar as dificuldades que se apresentarem e olhar com esperança para o futuro da Nação.

7. Senhor Embaixador, neste momento em que tem início o exercício da alta função, para a qual Vossa Excelência foi designado, faço votos por que a sua tarefa seja frutuosa e contribua para consolidar cada vez mais as boas relações existentes entre esta Sé Apostólica e a República Argentina, para o que poderá contar sempre com o acolhimento e o apoio dos meus colaboradores. Ao pedir-lhe que se faça intérprete dos meus sentimentos e bons votos junto do Senhor Presidente da Nação e do querido Povo argentino, asseguro-lhe a minha oração ao Todo-poderoso, por intercessão da Virgem de Luján, para que com os seus dons o assista, bem como a sua ilustre família, o pessoal da sua Embaixada e os governantes e cidadãos do seu País, do qual sempre me recordo com particular afecto e sobre o qual invoco abundantes bênçãos do Senhor.

